



SE O ESTADO INDUTOR É A REGRA, A “PRODUTIVIDADE É O NOME DO JOGO!”: uma reflexão teórica sobre as formulações do ex-ministro antôniodelfim netto

IF THE STATE IS THE RULE INDUCER, The "PRODUCTIVITY IS THE NAME OF THE GAME!": a reflection on the theoretical formulations of ex-minister antonio delfim netto

Francisco Arantes Aranha
Mestrando em História
UFG
franciscohotmail@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é possibilitar uma discussão teórica sobre os conceitos de “Desenvolvimento Econômico”, “Estado Indutor” e “Produtividade”, elaborados pelo ex-ministro e professor de economia Antônio Delfim Netto. Para tanto, porém, partiremos *a priori* da colocação da seguinte possibilidade investigativa: consideramos que as formulações explicativas e conjunturais do Delfim Netto, explicitadas em seus artigos publicados semanalmente, em veículos de comunicação tais como: *O Estado de S. Paulo*, *Carta Capital*, *Valor Econômico* e *Folha de São Paulo*, são expressões de classe capitalista dos gestores. Para tanto, tal esboço teórico será abalizado pelas reflexões teórico-metodológicas do marxismo do teórico português João Bernardo. Conceitos tais como: “Unidades de Produção Particularizadas”, “Condições Gerais de Produção”, “Estado Restrito”, “Estado Amplo”, “Lei do Valor” e “Gestores”, fornecerão, a princípio, a angularidade precisa para alcançarmos a inteligibilidade necessária para apreender a relação que se estabelece entre as ideias deste tecnocrata, o Estado e as classes sociais no Brasil, durante o período referente às suas respectivas produções conceituais. Por fim, para realizarmos o diapasão adequado entre a investigação (leitura) das fontes e a interpretação da atuação institucional do Delfim Netto necessário se faz o uso do aporte estratégico advindo da obra de Lucien Goldmann. Ao nos fornecer os conceitos: “Visões de Mundo”, “Máximo de Consciência Possível”, “Consciência Real”, “Estruturas Significativas”, Goldmann nos capacita a ter um olhar mais sensível à relação objeto e realidade histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Visão de Mundo; Desenvolvimento Econômico; Estado Indutor; Produtividade; Gestores.

ABSTRACT

The purpose of this article is to enable a theoretical discussion on the concepts of "Economic Development", "State Inductor" and "Productivity", prepared by former minister and teacher Antonio Delfim Netto economy. To do so, however, will leave *a priori* placing the following investigative possibility: consider that the explanatory and cyclical formulations of Delfim Netto, explained in his articles published weekly in media outlets such as: *O Estado de S. Paulo*, *Carta Capital*, *Economic Value* and *Folha de São Paulo*, are capitalist class expressions of managers. Therefore, this theoretical sketch is authoritative for theoretical and methodological reflections of the Portuguese João Bernardo theoretical Marxism. Concepts such as "particularized Farms", "Production General Conditions", "Restricted State", "Large State", "the Law of Value" and "Managers" will provide, in principle, angularity need to reach the intelligibility necessary to grasp the relationship established between the ideas of this technocrat, the state and social classes in Brazil during the period related to their respective conceptual productions. Finally, to accomplish the proper pitch between research (reading) the sources and the interpretation of the institutional performance of Delfim Netto necessary to make use of the strategic contribution arising from the work of Lucien Goldmann.



By providing us with the concepts: "World Views", "Consciousness Maximum Possible", "Real Consciousness", "Significant Structures", Goldman enables us to have a more sensitive eye to the relationship object and historical reality.

KEYWORDS: World Vision; Economic Development; State Inductor; Productivity; Managers.

Num artigo publicado em 25 de setembro de 1977, no jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-ministro e professor emérito de economia da Universidade de São Paulo Antônio Delfim Netto, ao realizar a defesa do regime de livre iniciativa, paradoxalmente, forneceu o instrumento-chave para se compreender o seu próprio pensamento tecnocrático. A certa altura da introdução, ao propor uma explicação histórica sobre como a “liberdade individual” (leia-se liberalismo econômico) havia se constituído, disse que: uma análise que estabelecesse um “quadro de referências aceitáveis por todos, sobre o que é, como se estrutura e como funciona a sociedade em que vivemos”, certamente, encerraria “em si uma particular *visão de mundo*”, principalmente, “na medida em que representasse ou não as próprias convicções do autor” (DELFIN NETTO, 1986, p. 101. Grifos nossos).

Cumpramos sublinhar, todavia, que há um sensível descompasso entre a citação acima e o palavreado oco a que a própria citação se refere. Ora, numa retórica explicativa do que pode ser a própria chave compreensiva de si, o menos importante é se fazer compreender.

Olhando-se mais atentamente, no entanto, percebe-se o quanto essa conceituação, esboçada pelo ex-professor da USP, se aproxima, claramente, do ângulo conceitual elaborado pelo teórico romeno-francês Lucien Goldmann:

É a partir da classe social, da consciência possível de classe, que vai se desenvolver a visão de mundo de uma classe, e essa visão de mundo vai se manifestar em seu comportamento social. Isto é importante porque a visão de mundo não é só um fenômeno espiritual, é algo que se manifesta tanto na prática, no comportamento econômico, social, político, real da classe, quanto ao nível conceitual, através de doutrinas, teorias filosóficas, ou no terreno da imaginação através de obras culturais, literárias, artísticas e outras (LÖWY, 1986, p. 75)

Há que se considerar, antes de esboçarmos uma possibilidade analítica, porém, duas questões sobre o fragmento acima: como Goldmann definia uma classe social? E o que significa, na acepção goldmanniana, a expressão “consciência possível de classe”?



Para este autor, diz Michael Löwy (1986), “os sujeitos da história não são os indivíduos simplesmente”, no limite, “o sujeito essencial é um sujeito transindividual, isto é, um sujeito coletivo” (p. 72). Ora, e quem seriam essas coletividades?

Apesar do teórico marxistaromeno-francês dizer que existem vários sujeitos transindividuais, tais como, grupos profissionais, as escolas religiosas (ou não), os grupos intelectuais, as famílias, entre outros, a seu ver, todavia, é a partir das classes sociais que se consegue compreender o processo histórico.

Por sua vez, será “a partir da classe social, da consciência possível de classe, que vai desenvolver a visão de mundo de uma classe”. Em compensação, ao se considerar a posição estrutural de determinada classe na sociedade e sua respectiva função no processo de produção veremos que esta posição corresponderá à sua consciência possível, de onde a mesma formula certa visão de mundo – e de onde é possível extrair-se o sentido histórico de específicas produções culturais.

Isso, entretanto, assinala Löwy, não significa supor que haja, apesar da visão de mundo das classes estar condicionada pela sua posição social, pela sua localização no processo de produção, pela sua função na estrutura social, uma relação única de correspondência explicativa entre a visão de mundo e estes determinantes socioeconômicos. Disso resulta, em última instância, perceber: 1) que a visão de mundo não é redutível unicamente à determinações de classe; e, por conseguinte, 2) que intrínseca à própria história da esfera da produção do sujeito há dinâmicas e particularidades próprias (LÖWY, 1986, p. 74).

Nesse sentido, não é sem razão afirmar que uma das contribuições mais férteis e mais originais de Lucien Goldmann é a angularidade analítica fornecida pelas suas reflexões sobre o conceito de visão de mundo. Em termos práticos, será à luz deste instrumento interpretativo que tentaremos investigar as respectivas produções culturais do ex-ministro Delfim Netto. E mediante tal pêndulo, tentar explicar seus projetos societários enquanto classe social.

Pois bem, a partir desses traços, esboça-se a seguinte possibilidade de reflexão: tentar assinalar qual a visão de mundo deste economista que emana de seus artigos publicados



semanalmente em veículos de comunicação, tais como: *O Estado de S. Paulo*, *Carta Capital*, *Valor Econômico* e *Folha de São Paulo*. Há mais: buscaremos ser ainda mais incisivos, de tal forma, que *a priori* colocaremos a seguinte hipótese: nosso ver, a visão de mundo deste tecnocrata corresponde a situá-lo enquanto classe capitalista dos gestores. O que nos leva, em virtude desse pressuposto, a perguntar: como se definem os gestores?

SE O ESTADO INDUTOR É A REGRA,

É oportuno, antes de arriscarmos qualquer jogada, para compreender a complexidade que esse jogo levanta, clarificar algumas definições. A primeira delas diz respeito à maneira como entendemos o capitalismo. Em síntese, pode-se dizer que o capitalismo é:

uma totalidade complexa e contraditória onde se articulam dois pares de relações hierarquizados entre si: a relação entre a classe explorada e as classes exploradoras (produção de mais-valia) e a relação intercapitalista que se verifica ao nível dos processos produtivos tendo-se em vista o aumento da produtividade. Esses dois pares de relações inserem-se no interior de uma mesma estrutura e da sua articulação recíproca resultam os mecanismos da mais-valia relativa. (...) *Esses efeitos em cadeia fazem com que o processo de extorsão da mais-valia relativa só possa funcionar mediante a inter-relação das unidades econômicas*; e o funcionamento desse processo desenvolve cada vez mais tal inter-relação. Assim, na teoria de João Bernardo, o capitalismo não constitui uma somatória de empresas isoladas relacionadas apenas no jogo do mercado. *O capitalismo é uma totalidade estruturada onde as empresas estão estreitamente relacionadas entre si e integradas nas condições gerais de produção.* (BRUNO, 1986, p. 130-131. Grifos nossos)

De onde se depreende, em consequente, que, como assevera João Bernardo (1991), “o capitalismo consiste numa relação social globalizada, funcionando, portanto, como *um sistema econômico integrado*” (p. 155. Grifos nossos). Nesses termos, de fato, faria todo sentido imaginar “o capitalismo como uma corrida feroz, uma competição”.

Essa declaração, curiosamente, dada pelo ex-ministro Delfim Netto numa entrevista ao jornal *Valor Econômico* (SAFATLE, 2012), é consistente não só com o que já foi exposto, como também pressupõe que “a procura de um tempo de trabalho sempre mínimo a ser incorporado nos produtos (aumento da produtividade)”, sob o cálculo estritamente capitalista, “implica necessariamente a integração das mesmas em um único processo.” Sem esse processo de



integração “os mecanismos de extorsão da mais-valia relativa estariam inviabilizados na sua própria base”. “Dessa forma”, clarifica Lúcia Bruno (1986), “a concorrência e a integração não são fenômenos que se contrapõem. Ao contrário, são momentos de um único processo, onde o primeiro leva ao reforço do segundo” (p. 131).

Sendo assim não espanta, afinal, perceber que essa “feroz competição” implique, para seu próprio desenvolvimento, ter acesso privilegiado e eficiente aos “mecanismos de concorrência e integração”, entendidos por nós como Condições Gerais de Produção.

Numa perspectiva econômica integrada, todos os “processos fundamentais, necessários à integração das unidades econômicas no nível da própria atividade produtora” (BERNARDO, 1991, p. 158) serão reconhecidos como Condições Gerais de Produção (CGP). Cabe ressaltar, por último, que:

As CGP não se limitam ao que geralmente se denomina “infra-estruturas”, mas cobrem todo o campo da tecnologia, que defino como aquele em que as relações sociais de produção se articulam com a sua realização material. As técnicas são esta realização estritamente material e na tecnologia concebe-se a articulação das técnicas com a sociedade. E nesta perspectiva que proponho o conceito de CGP. (BERNARDO, 1991, p. 158)¹

¹Em resumo, a métrica de entendimento passa pelos seguintes pressupostos: o desenvolvimento geral da produtividade e a extorsão da mais-valia estão indissoluvelmente ligados às CGP, a um só tempo: base da integração recíproca dos dois momentos coetâneos e campo privilegiado dos investimentos estatais. Com efeito, e sob a estrita avaliação capitalista, Delfim Netto tem demonstrado, em diversos escritos, esta percepção, tal como no artigo “Crescer ou crescer”. Publicado na edição 825 de novembro de 2014 da revista Carta Capital – sob uma capa que, ironicamente, reproduz a imagem do centro da bandeira nacional (o nacionalismo não perde a sua cor), cujo foco está na expressão “progresso”. Adicionalmente vê-se, ao pé da capa, em forma de manchete: “A única saída para o Brasil é... Crescer” (em destaque dentro de um retângulo vermelho) –,enuncia: “Em qualquer sociedade ‘civilizada’, o objetivo da política econômica é *criar as condições* para que o maior número possível da sua ‘força de trabalho’ (...) seja empregado” – sob o filtro de João Bernardo,por exemplo, veríamos tais “condições” como fundamentais para a realização social da exploração. Que para o leitor deve ser visto, no entanto,“trata[r]-se, portanto, de minimizar a ‘taxa de desemprego’”. Mais adiante, ao indagar *o que seria, afinal, o desenvolvimento econômico?*,o colunista explica:“É apenas o crescimento da produtividade do trabalhador empregado! E como fazê-lo (...)? *Propiciando a todos os trabalhadores e empresários um ambiente amigável e acolhedor e um maior volume de capital físico mais sofisticado (investimento público e privado), juntamente com a capacidade (educação pública e privada) para operá-lo*” (DELFIN NETTO, 2014. Grifos nossos). Em suma, só tem sentido, segundo a visão do ex-ministro, falar em desenvolvimento econômico (leia-se aumento da produtividade e da mais-valia subtraída) a partir da ação do Estado proporcionando as Condições Gerais de Produção. Seria de se perguntar, a propósito: afinal, qual classe social atuaria na organização capitalista de tal processo de compatibilização?



Em síntese, há que se considerar, todavia, 1ª) que o ângulo heurístico formulado pelo teórico João Bernardo pode obscurecer em demasia as reais dinâmicas do desenvolvimento econômico capitalista, caso entendamos aqui produção num sentido estritamente técnico. Portanto, cumpre sublinhar: a compreensão da questão, passa pela percepção da integralidade do processo em toda sua amplitude social; e, não menos importante, 2ª) que a configuração capitalista proposta pelo marxismo do João Bernardo funda-se no modelo clássico de desenvolvimento capitalista. Assim sendo, cabeesboçarmos a forma específica do capitalismo que por aqui germinou.

“A especificidade do capitalismo brasileiro assenta-se não numa, exata, evolução truncada, mas em sua produção socioeconômica dependente pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos” (OLIVEIRA, 2003, p. 127); eis a feição do singular desenvolvimento capitalista no Brasil constatado pelo sociólogo Francisco de Oliveira, em sua obra clássica *A economia brasileira: crítica à razão dualista*(1972).

Sob essa perspectiva teórica, em resumo: 1) percebe-se que o “atraso” do desenvolvimento econômico brasileiro não é vestígio do passado, mas parte funcionalizado do desenvolvimento “moderno” do país (OLIVEIRA, 2003, p. 18); 2) desvela-se a gramática interna do desenvolvimento em que “arcaico” e “moderno” não estão em oposição, mas amalgamados: longe de se oporem, imbricam-se de maneira necessária, o que, não por último, mostra o caráter ideológico dessa própria lógica (SCHWARZ, 1977); e, caso nos situemos sob a lógica capitalista, 3) *entende-se que o sentido, em sua estrutura interna, da inserção do Brasil nas “cadeias globais”,*²

² A expressão “cadeias globais” é de lavra do próprio ex-professor de economia Delfim Netto, e foi extraída da entrevista concedida pelo mesmo ao jornalista Sérgio Lício, publicada pela revista Carta Capital, a 05 de novembro de 2014, sob o título “‘É crescer ou crescer. Não há saída’, diz Delfim Netto sobre a economia”. Mais à frente analisaremos, mais detidamente, as implicações desta fala. Contudo, cumpre dizer que é surpreendente como as discussões realizadas pelo ex-ministro sobre o capitalismo não se baseiam na suposição de que os processos produtivos sejam individualizados. Sob seu cálculo econômico, não há a percepção de que a disputa entre as unidades econômicas de produção sejam contidas em si mesmas e/ou protagonizadas pelas próprias linhas de produção. O que se nota em seu pensamento, rigorosamente, é o contrário: a percepção do capitalismo enquanto um sistema econômico todo ele imbricado e integrado.



reafirma-se com a coerção estatal, como assinala Oliveira, “*utilizada não apenas nos ‘capitalismos tardios’, mas de forma reiterada e estruturante*” (2003, p. 131. Grifos nossos). Vale a pena grifar esta frase: “(...) inserção do Brasil nas ‘cadeias produtivas’, reafirma-se com a coerção estatal”.

Esboçada essa calibragem conceitual, porém, voltemos a um ponto já delineado por nós anteriormente, e de suma importância, o das classes sociais. Sob as lentes de Goldman, qualquer definição rigorosa das classes sociais deve considerar três níveis fundamentais de análise: a função que ela ocupa no processo de produção, sua relação e seus conflitos com outras classes e a visão de mundo que corresponde à sua posição social (LÖWY, 1986, p. 73).

Nesse sentido, consideramos que no capitalismo se articulam três classes. A classe explorada é o proletariado. As classes capitalistas são a burguesia e os gestores. Com efeito, tal como expôs o português João Bernardo em *Estado: a silenciosa multiplicação do poder* (1998):

Se o capitalismo pressupõe a concorrência diretamente na produção, e se esta se realiza mediante a conjugação das Unidades de Produção Particularizadas[leia-se empresas] com as CGP, então existe sempre no capitalismo um aspecto integrador e um aspecto particularista. Não se trata de uma característica accidental, ou limitada no tempo, mas de um traço estrutural. Defino a burguesia em função do funcionamento particularizado da economia, e defino os gestores em função do funcionamento integrado da economia. (BERNARDO, p. 51. Grifos nossos)³

Ora, se o sistema capitalista pressupõe a concorrência diretamente na produção, e se esta se realiza mediante a conjugação das empresas com o Estado(via CGP), como não imaginar que tal conjugação seja condição necessária para o desenvolvimento econômico? Se soar óbvio a

³Convém esclarecer que, sob o ponto de vista da relação de exploração no sistema capitalista, os gestores participam coletivamente na apropriação da mais-valia: não porque estes tenham qualquer direito próprio, mas apenas 1) por exercer corpos dirigentes da burocracia política e econômica, pública ou privada; e na medida em que 2) é ao nível da *gestão* da produção que se determina o desenvolvimento das condições gerais para a sobreprodução da mais-valia e da sua realização; o que implica, por fim, 3) será precisamente no âmbito das condições gerais de produção que iremos definir a classe capitalista dos gestores (BERNARDO, 1998, p. 52; BRUNO, 1986, p. 132-133. Grifos no original). A fisionomia socioeconômica de uma sociedade, porém, não ganhará contornos nítidos, caso percebamos os indivíduos constituindo-se neste modelo as unidades de classes sociais. Como esclarece uma interprete dessa heurística, “as unidades das classes são sempre *funções sociais* específicas” (BRUNO, 1986, p. 133. Grifos no original), historicamente situadas.



resposta, contudo, pensemos outra questão: como definir, então, alguém que defenda esta visão como absolutamente necessária?

Trazer essas questões a baila é fazer pensar sobre o raio de atuação do Estado, o que nos leva a observar, a partir do que foi expresso num artigo já referido por nós, que na visão do economista Delfim Netto:

Não existe a menor dúvida de que, mesmo num regime de liberdade política, [a] intervenção [do Estado na ordem econômica] é absolutamente necessária, pois, sem ela o sistema de economia de mercado pode não atender a dois requisitos exigidos de qualquer organização razoável da sociedade: 1) *minimizar as flutuações da produção e do emprego*; 2) *redução permanente das desigualdades na distribuição dos rendimentos*. (DELFIN NETTO, 1986, p. 110-111. Grifos nossos)

Se sobre o primeiro requisito já esboçamos uma possível hipótese (ver nota de rodapé número 1), no que tange ao segundo “requisito”, porém, esob responsabilidade do Estado – “redução permanente das desigualdades na distribuição dos rendimentos” –, decerto não podemos deixar de ver a assistência médica pública, possivelmente, como tal.

Acerca dessa condição, clarifica o mesmo, “é uma obrigação do Estado prover os meios mais adequados para promover uma assistência médica imediata, eficaz e com o menor dispêndio por parte do paciente” (DELFIN NETTO, 1986, p. 112. Grifos nossos). Esse achado, porém, é 1º) consistente com a esclarecedora ideia exposta por João Bernardoem *Economia dos conflitos sociais*(1991), segundo o qual as *Condições gerais de produção e da reprodução da força de trabalho* articuladas pelo Estado, tais como infra-estruturas sanitárias e os hospitais, são peças chaves decisivas para a formação da força de trabalho, elo fundamental para o processo de desenvolvimento capitalista (p. 159. Grifos no original), e, por fim, 2º) insinua, pela própria proposição do ex-ministro, algumas pistas, que mais à frente nos será útil, sobre sua própria visão de mundo tecnocrática.

Segundo ressalva desse consultor econômico, porém, a racionalidade por trás da intervenção do Estado trata-se mais de questão política que econômica, “e é exatamente por isso”, adverte, “que dificilmente podem ser encontradas regras universais para realizá-la” (DELFIN NETTO, 1986, p. 110). Em última instância, e sob o cômputo estrito deste tecnocrata, todavia, independente do desenlace dessa questão depender da política ou não, uma coisa tem de ficar clara: o papel do Estado na ordem econômica passa por “*criar os mecanismos capazes de*



aumentar a competição” (DELFIN NETTO, 1986, p. 111. Grifos nossos). Isto posto, cumpre perguntar: mas, quais mecanismos podem ser esses?

Para tentar clarificar os termos e implicações que esta indagação levanta, devemos nos remeter ao seminal artigo “O Estado Indutor” publicado em agosto de 2010, na edição 609 da revista *Carta Capital*, onde o ex-ministro sinaliza, em suas linhas gerais, mais alguns importantes elementos referentes à maneira como concebe a esfera de atuação do Estado. Senão vejamos:

(...) O desenvolvimento social e econômico com liberdade individual exige um Estado bem organizado constitucionalmente e suficientemente forte para impor a construção de instituições que controlem e regulem o setor privado. São elas que, ao estimularem adequadamente a liberdade de iniciativa, permitem a organização dos mercados, fundamental para a eficiência econômica. A fórmula do sucesso não é única, mas todas exigem um Estado-Indutor inteligente e amigável com relação a um robusto setor privado.(DELFIN NETTO, 2010. Grifos nossos)

Embora sem se fundamentar em termos práticos, a compreensão do que, possivelmente, seriam os tais “mecanismos capazes de aumentar a competição”, questão posta por nós, se esclarece no momento em que o colunista de economia afirma que o “fundamental para a eficiência econômica” é ter um Estado que construa instituições, constitucionalmente organizadas e suficientemente fortes, para controlarem e regularem o setor privado.

Em resumo, e desenhado de modo mais estrito, o Estado Indutor: 1) proverá “bens públicos que o mercado não pode prover com eficiência” (educação e assistência médica imediata pública); e de forma pragmática e eficiente, 2) proporcionará as Condições Gerais de Produção instigando o desenvolvimento econômico capitalista; e, por fim, 3) regulará a concorrência e a integração entre capitalistas.

Sob essa ótica, portanto, percebe-se um Estado que induz a produção, notadamente, localizado na própria esfera da produção.⁴

⁴ Acresça-se a título de esclarecimento que por “forma pragmática e eficiente”, sob a análise capitalista do ex-professor da USP, entenda-se um Estado que atue de forma: “enérgica e persistente, bem focado e bem orientado” (DELFIN NETTO, 2015-A), ou seja, uma atuação marcadamente racional, principalmente em termos de planejamento. O que nos leva a perguntar de forma natural e insistente: afinal, orientado por quem? Por qual racionalidade?



Porém, uma vez mais, como sempre, cumpre perguntar: quem, afinal, exerceria tais funções de controle e regulamentação do setor privado, a partir de instituições construídas pelo Estado? E mais: se o Estado Indutor é a regra, por que “a produtividade é o nome do jogo”?

A “PRODUTIVIDADE É O NOME DO JOGO!”⁵

Este problema parece não escapar às reflexões do ex-ministro Delfim Netto que, num artigo sobre a recente visita de Estado da presidente da República, Dilma Rousseff, à França – para a articulação e aprofundamento de parcerias estratégicas entre os dois países, ocorridas nos dias 11 e 12 de 2012 –, publicado em sua coluna no jornal *Folha de S. Paulo*, insinuou alguns elementos referentes à forma como compreende a questão da produtividade. Se o intuito deste texto é possibilitar uma discussão teórica sobre os conceitos de “Desenvolvimento Econômico”, “Estado Indutor” e “Produtividade”, nada melhor do que seguir o fio de seu raciocínio.

Para construir sua argumentação, o colunista explicita duas falas da presidente. A primeira referente ao entendimento, por parte da gestora, de como a elevação da produtividade do país é um dos principais desafios de sua gestão. “Temos dívida pública sob controle e austeridade fiscal, o juro caminha para um patamar internacional”, sendo assim, segundo a presidente em Paris, “*o desafio é aumentar a competitividade e a taxa de investimento no Brasil.*” A segunda fala, notadamente um esclarecimento de como atingir este aumento, reconhece que “*a redução dos gargalos na infraestrutura é o nó górdio que o Brasil tem que desatar (...) com concessões no setor de infraestrutura (...) que devem ajudar o país a reforçar as exportações de produtos manufaturados*” (DELFIN NETTO, 2012. Grifos nossos).⁶

⁵Esse achado se deve a uma preciosa exclamação textual feita pelo ex-ministro Delfim Netto que, em sua coluna semanal da edição 837 de fevereiro de 2015 da revista Carta Capital, enunciou que o novo governo da presidente Dilma Rousseff precisará realizar “*reformas estruturais que reduzam os atritos ao desenvolvimento e aumentem a produtividade da economia*”. Logo, eis que a “*produtividade é o nome do jogo!*” (DELFIN NETTO, 2015-A. Grifos nossos).

⁶Cumpramos esclarecer que nessa visita a presidente Dilma Rousseff além de se encontrar com o presidente da República francesa, François Hollande, com os presidentes do Senado, Jean- Jean-Pierre Bel, e da Assembleia Nacional, Claude Bartolone, e com o Prefeito da capital, Bertrand Delanoë, também participou de seminário organizado pela Fundação Jean-Jaurès e pelo instituto Lula e de simpósio promovido pelo Movimento das Empresas da França (MEDEF), segundo



Posta a questão nestes termos, convêm notar que o artigo: embora, 1) atesta o “diagnóstico” explicitado pela presidente do Brasil, entendendo que a elevação da produtividade passa sim pelo desembaraço dos nós no setor de infraestrutura via atuação do Estado; 2) questiona a eficiência do programa caso o mesmo seja contaminado por questões ideológicas. Pois, “certo ou errado, nas discussões com os agentes públicos que representam o governo, os empresários veem um viés ideológico acompanhado por uma relação de arrogância/expertise inadequada”. Logo, o ambiente para a realização desse programa deverá, para sua eficácia, contar com *a cooptação e a cooperação*, segundo o ex-professor da USP, “entusiasmada do setor privado”; e, em consequência do item dois, 3) insinua que o sucesso do programa se dará na medida em que o governo (“*poder concedente*”) entregue tais concessões, “*bem concebidas e reguladas por agências independentes*”, ao setor privado (DELFIN NETTO, 2012. Grifos nossos).

Pela gramática interna do artigo, e sob o ponto de vista econômico do colunista, colocar sob a alçada do setor privado a solução dos gargalos no setor de infraestrutura não só afastaria, possíveis, “vieses ideológicos”, como seria fundamental para o êxito do programa (leia-se eficiência produtiva). À esta altura, já cumpre perguntar: a que setor privado se refere o analista econômico?

Antes de tentarmos esboçar qualquer interpretação destes dados, porém, impõem-se compará-los com uma elucidativa entrevista concedida pelo Delfim Netto ao jornalista e redator-chefe da revista Carta Capital Sérgio Lúrio (2014), onde o consultor econômico, ao traçar um panorama conjuntural sobre o próximo governo que se iniciava da presidente Dilma Rousseff, expressa mais alguns traços de sua visão de mundo tecnocrática.

Nesta ocasião, em certo momento do diálogo, ao ser questionado sobre o porquê da presidente Dilma Rousseff não ter conseguido manter o ganha-ganha dos tempos de Lula, disse:

atesta nota informativa publicada, no dia 10 de dezembro de 2012, no Portal do Planalto (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012). Iniciada em 2006, a Parceria Estratégica entre os dois países abrange, de acordo com a nota referida por nós, “iniciativas de cooperação em defesa, energia, comércio, desenvolvimento sustentável e ciência, tecnologia e inovação, bem como nas áreas espacial, transfronteiriça, educacional e cultural”. O intercâmbio contemplou ainda o exame, também, de temas globais, tais como: “as perspectivas para superação da crise econômica mundial e retomada do crescimento, a situação no Oriente Médio e no Norte da África e a reforma das instituições multilaterais” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012).



Quando Dilma assumiu, o vento de cauda tinha se transformado em vento de frente. Ela fez o ajuste em 2011. Depois viu que a economia ia crescer muito pouco e esqueceu o programa que a elegeu. Ela falava em fazer mais com menos. A ênfase era na produtividade. Mas o governo demorou em promover as concessões na área de infraestrutura. (LÍRIO, 2014. Grifos nossos)

Na tentativa de entender a dinâmica e os efeitos desse jogo que, intitulado pelo ex-ministro, se chama produtividade, consideramos que esse fragmento parece exprimir de maneira clara o essencial sobre a produtividade: “fazer mais com menos”. Com efeito, se considerarmos que os aspectos contraditórios do próprio desenvolvimento capitalista, principalmente as pressões dos trabalhadores (“um vento de cauda que se transforma em vento de frente”),⁷ sempre suscitaram o aumento da produtividade como resposta patronal, temos o seguinte quadro:

Ao longo da história do capitalismo, os trabalhadores conseguiram com efeito reduzir o seu horário formal de trabalho, mas sob a condição de exercerem uma atividade cada vez mais intensa e sempre mais qualificada. O caráter progressivamente mais complexo do trabalho faz com que cada hora despendida seja um múltiplo da hora de trabalho simples, pelo que, contrariamente às aparências, a diminuição da jornada oficial corresponde a um acréscimo do dispêndio real de tempo de trabalho. Do lado do salário as aparências não são menos ilusórias. É certo que o trabalhador dispõe de um número cada vez maior de bens, mas como eles são fabricados com uma produtividade crescente, isto significa que dia a dia se vai tornando menor o tempo de trabalho incorporado em cada um desses bens. Em suma, (...) os capitalistas recorrem aos mecanismos da produtividade para extorquir aos trabalhadores uma quantidade crescente de tempo de trabalho complexo; e ao verem-se obrigados também a aceitar as

⁷Estaria o colunista a se referir aos desafios de um segundo mandato que emergiu de uma vitória acirrada (por 3,2%), e que, portanto, terá menos legitimidade política e social do que o anterior? Ou tal “mudança de vento” seria uma alusão às manifestações sociais e/ou populares, em suas mais variadas clivagens sociais e políticas, que por caminhos ásperos e curvas inesperadas, vem pressionando o governo “desde” as erupções sociais em 2013? Ou a “transformação em vento de frente” seria uma metáfora à crise econômica, iniciada em 2008 nos EUA, e que agora, de fato, deixou de ser uma “marolinha” – expressão usada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, ao se referir aos efeitos da crise no Brasil – e se tornou uma tormenta? Em suma, o mais apropriado, porém, é imaginar estas questões não como díspares, mas como elementos de uma mesma espiral que se chama processo de acúmulo de capital, que em suas crises de reconfiguração cingi cada vez mais trabalhadores em um turbilhão de contradições. Sob a lógica dos mecanismos da produtividade, o resultado tem sido sempre o mesmo: “novos” patamares cada vez mais elevados de desenvolvimento capitalista (leia-se, ao contrário, concentração de renda e desigualdade social).



exigências de aumentos salariais os capitalistas podem, graças ao *duplo mecanismo da produtividade*, pagar aos trabalhadores com bens que incorporam uma quantidade declinante de tempo de trabalho. Este processo de agravamento da exploração, em que consiste a mais-valia relativa e a que se resume o desenvolvimento econômico, tem como agente motor as reivindicações dos trabalhadores. O capitalismo estagnaria sem as pressões decorrentes dos conflitos sociais. (BERNARDO, 2003, p. 257. Grifos nossos)

Há mais: é intrínseco aos próprios mecanismos que suscitam a elevação da produtividade tanto a diminuição da incorporação física de matérias primas nas próprias mercadorias elaboradas, quanto, contraditoriamente, o aumento do valor agregado na mesma, pela própria tecnologia que gerou a primeira dinâmica. Convém ponderar que, vista de outro prisma, a expressão “fazer mais com menos” ainda prenuncia o velho receituário neoliberal: redução dos direitos trabalhistas, enxugamento de quadros de trabalhadores, contenção de gastos públicos etc.

Porém, decerto não podemos deixar de ver que existe uma interação entre o aumento da produtividade e intervenção do Estado na ordem econômica, providenciando as CGP – “mas o governo demorou em promover as concessões na área de infraestrutura” –, aspecto, diga-se, claramente percebido pelo próprio Delfim Netto. Daí a natural pergunta do jornalista Sérgio Lício: por queo Brasil parou?⁸

Em síntese, sob as lentes do economista, porque, uma vez mal orquestrada, o *política econômica* suscitou “a destruição do poder de competição da indústria brasileira” (LÍRIO, 2014), frente ao mercado externo.

Isso nos leva, adicionalmente, a considerar como segunda dinâmica deste jogo a questão referente à “*integração da economia brasileira nas cadeias globais*”. De onde se

⁸Para efeito de expressão do pensamento econômico, sob a lógica capitalista, eis a resposta do ex-ministro Delfim Netto: “Por ter sacrificado o setor industrial. A desvalorização cambial realizada por Armínio Fraga em 1999 permitiu uma expansão das exportações industriais. Mas o câmbio passou a ser usado como instrumento de combate à inflação, no lugar dos tradicionais mecanismos de política fiscal, monetária e salarial. A partir de certo ponto, a exportação morreu e a importação começou a crescer. A demanda de bens industriais não diminuiu, ela continuou por causa da política de Lula e de Dilma de incluir mais brasileiros no sistema bancário e do aumento da renda. O problema é que o poder de competição da indústria foi destruído. O consumo interno acabou suprido pelos importadores. Depois da recuperação rápida de 2009, a indústria estagnou. E você manteve o consumo por meio do déficit em contas correntes. Como o crescimento dos serviços é ligado àquele da indústria, também foi puxado para baixo. O Brasil ficou mais dependente do desempenho da agricultura” (LÍRIO, 2014).



depreende uma questão natural: mas, e por que, para o entrevistado, a salvação da indústria nacional passa por tal integração?

Ora, porque “precisamos (...) do mercado externo para *ganhar escala*” (LÍRIO, 2004. Grifos nossos), enunciou o ex-ministro. Pode-se compreender melhor o caráter que tal fala insinua, porém, tendo-se em conta a percepção de que, “pelo fato de vigorar na própria produção, *a concorrência intercapitalista determina que não haja empresas isoladas nem atos produtivos isolados*”. Ou seja, “todas as unidades econômicas estão ligadas por uma *teia de relações concorrenciais*” globais. Assim, “*o capitalismo não pode deixar de ser pensado numa perspectiva de integração econômica*”, pois, conforme observou João Bernardo, “existe uma conjugação entre o funcionamento integrado das empresas e das unidades produtivas e o seu funcionamento particularizado” (1998, p.29-30. Grifos nossos).

Mas esse ângulo não só explica o porquê da necessidade da integração, como também insinua como ocorre tal compatibilização. A resposta fica clara, porém, quando o colunista de economia dá o tom da conversa:

CC [Carta Capital]: A indústria tem salvação?**DN [Delfim Netto]:** (...) *Temos de voltar a conversar com [as] companhias, discutir maneiras de incluir a nossa economia nas cadeias globais.* O câmbio é importante, mas não é tudo. Temos um enorme mercado interno, é fato. Precisamos, porém, do mercado externo para *ganhar escala.* (...) Se quiser conquistar a confiança do setor privado, [o governo] precisa se comprometer com (...) um programa absolutamente transparente e começar a honrar os compromissos. (...) Os empresários querem o mesmo do governo, a volta do crescimento. **CC:** Por que todas as pontes construídas com o setor privado durante o governo Lula parecem destruídas?**DN:** Roubaram da indústria a demanda externa e em seguida a demanda interna. Dilma não vai conquistar a confiança do setor apenas na base da conversa. *Vai depender de um programa coerente que envolva uma coordenação mais adequada e uma harmonização entre a política de inclusão e o desenvolvimento.* Qual o receio? Se o governo será capaz de levar a cabo um programa que priorize um razoável equilíbrio fiscal. (...) O governo tem se aperfeiçoado. Na área de *concessões* isso é claro. Além disso, o Brasil tem programas magníficos, projetos monumentais, com taxas de retorno gigantescas. (LÍRIO, 2014)

“Coordenação mais adequada e uma harmonização entre a política de inclusão e o desenvolvimento”; eis a última dinâmica desse jogo cujo nome, não poderia ser outro senão, de fato, produtividade. Deve-se ressaltar, igualmente, que, no conjunto, o fragmento prenuncia



que a ação planificatória do Estado assente-se no planejamento racional. Curiosamente, termo de estrito conhecimento do ex-professor da USP.

Dito isto, não espanta e agora faz todo o sentido esta entrevista ter sido coligida na edição 824 de novembro de 2014 da revista Carta Capital, em cuja capa vê-se a manchete “Quatro anos pela frente”, onde se oculta, sob as sombras da manchete, a imagem da presidente Dilma Rousseff, caminhando, de costas para o leitor, e com as mãos para trás. Ao fundo, o leitor vislumbra um horizonte repleto de nuvens em tons de azul e cinza. A impressão é a de que a presidente, possivelmente, está a ponderar. Em suma, e sob o cálculo capitalista, não custa imaginar o que, possivelmente, estaria pensando a presidente: “as regras do jogo é o Estado induzir elevação da produtividade, caso contrário, nada de desenvolvimento econômico, nos próximos quatro anos?”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poder-se ia concluir este artigo dizendo que a orientação tecnocrática imprimida pelo ex-ministro Delfim Netto em suas análises conjunturais, explicitadas em seus artigos no *O Estado de S. Paulo*, na *Carta Capital*, no *Valor Econômico* e na *Folha de São Paulo*, são expressões de classe capitalista dos gestores, na medida em que suas estruturas significativas imanentes expõem, no nosso ver, um autor que: 1) percebe a lógica do capitalismo não só em seus aspectos particularistas, mas, principalmente, em seus aspectos integradores; 2) concebe o Estado enquanto instituição que *induz* o desenvolvimento econômico por meio da elaboração racional das CGP; por conseguinte, 3) orchestra-o como a “base da integração tecnológica entre as unidades econômicas assegurando que o desenvolvimento geral da produtividade e os ciclos da mais-valia relativa se processem plenamente” (BRUNO, 1986, p. 132); e, por fim, 4) antepõem-se, claramente, à classe explorada racionalizando toda uma lógica de exploração sob os marcos do funcionamento integrado da economia.

Esta última face, digamos, inscreve-se no compasso de: a) proposições ao governo para que coopte o setor privado, para lhes *instigar* o “espírito animal”, proporcionando condições como, por exemplo, “de flexibilização das negociações salariais com respeito a todos os direitos



dos trabalhadores e sob o controle dos sindicatos” (DELFIN NETTO, 2014), sem a qual, argumenta, não haverá crescimento econômico— com o conluio, cumpre destacar, de proposta engendrada pela CUT; e, por fim, de b) expressões que *justifiquem* a desigualdade social, tais como: “Não há lei natural que leve ao máximo de bem-estar da sociedade ou a uma aceitável distribuição de renda” (DELFIN NETTO, 2010). Ora, em consonância com essas expressões oriundas de uma função social, como não entender a posição capitalista do mesmo enquanto classe dominante, quando se analisa o que se *transparece* nas suas falas? E notem: por trás dessa face, sempre há a sombra do “Estado Indutor”. Cumpriria indagar: sob a racionalidade de quem?

Numa perspectiva crítica, porém, qualquer análise que se proponha a entender a estrutura significativa imanente dos textos produzidos por este gestor, deve passar em revista o contexto em que se insere os mesmos. Tal alegação, como notou Michael Löwy (1986), “vai permitir explicar qual é o significado (dos mesmos), que papel ele(s) joga(m), porque ele(s) se encontra(m) nesse lugar” (p. 68). Nesse sentido, vejamos, pelos limites deste artigo, somente os textos publicados pela revista Carta Capital.

Concretamente, é manifesto o posicionamento político desta revista a favor do governo do PT. Basta recordar o editorial “Por que apoiamos Dilma”, publicado em setembro de 2010, onde o próprio Mino Carta, editor chefe da revista, declarou-se favorável ao prosseguimento do governo do PT via candidatura da Dilma Rousseff. A Dilma representa a “continuidade de um *governo vitorioso e do governante mais popular da história do Brasil*”, sendo assim, assevera o editor, a Carta Capital apoiar sua candidatura “com a mesma disposição com que [fizemos] em 2002 e em 2006 a favor de Lula” (CARTA, 2010. Grifos nossos) – não obstante as *críticas* ao governo que a revista (de acordo com a própria) não hesita em formular, de então em diante.

Posta a questão nestes termos, cabe questionar: qual a importância da realidade sócio-institucional da revista Carta Capital nas formulações conjunturais do ex-professor de economia da USP? Estaria tal “comando institucional” balizando a produção teórica do colunista?



Para responder a essas perguntas, porém, há de se reconsiderar antes alguns pontos. O primeiro diz respeito ao sentido político explicitado, aqui, pelas falas-fragmentos produzidas pelo ex-ministro: patentemente, percebe-se, pelas assertivas citadas desse gestor, um colunista que pinta o governo do PT com tintas favoráveis.

Porém, cabe aqui uma ponderação: caso nos situemos sob o ponto de vista do leitor, por um lado, seríamos levados a crer que também o próprio autor deste artigo, pela própria seleção dos artigos aqui aludidos, disponha-se favorável ao mesmo posicionamento de seu objeto de análise. Ao que aos críticos, por outro lado, poderia esboçar-se três hipóteses: uma) ou ele deixou-se desvirtuar pelo sua própria fonte de investigação; outra) ou ele é sim, de fato, auspicioso quanto ao governo do PT; e, última) ou as duas hipóteses anteriores ao mesmo tempo.

Contraditoriamente, tais possibilidades não só já eram previstas como encapsulam em suas linguagens a própria hipótese defendida por este artigo. Em termos mais claros, ao selecionarmos tais fragmentos objetivamos expor a lógica de um tecnocrata que percebe em seu pragmatismo um governo desprendido de carizes ideológicos – conforme disse, “não se trata de problema ideológico envolvido em sinal de trânsito (direita ou esquerda), mas de um pragmatismo responsável que tenta aprender com a história” (DELFIN NETTO, 2010) –, bem como um tecnocrata que expõe a face socioeconômica íntima desse governo. Ou seja, um governo não só composto de burocratas, mas, principalmente, formado por gestores enquanto classe social.

Porém, ao também reconsiderarmos nosso marco heurístico, que de antemão já apreende o sentido da racionalidade intelectual-produtiva do colunista assentada sobre a lógica da integração, percebemos que outro ponto importante diz respeito à percepção de que as mesmas falas, que podem sim ser escudadas institucionalmente pelas orientações da revista Carta Capital, não estampam os interesses que se tecem sob este manto. O entendimento de tal ponto requer uma contextualização.

Ao fim do regime militar, uma vez também eleito deputado federal, o ex-ministro cria, junto com o economista Paulo Yokota, a Consultoria Ideias (empresa de assessoria técnica e análises econômicas), em março de 1985 – “agradável (e sólida) casa de dois andares, próxima ao



estádio do Pacaembu, de decoração espartana” (CARIELLO, 2014). Mesmo sem nos fundamentar em qualquer documentação, no entanto, e sob o estrito cálculo capitalista, não é fora de propósito, ao considerarmos o valor econômico da integração interinstitucional e intra-institucional, imaginar que, mais do que a cápsula institucional da revista Carta Capital ou outras, os próprios interesses de classe do próprio colunista devem ser considerados. Como não mencionar o várias insinuações de jornalistas, dos mais variados veículos de comunicação, de que o Delfim Netto seja, digamos, “íntimo consultor econômico” dos governos do PT? (NOVO, 2014; SAFATLE, 2012; SFREDO, 2015).⁹

Em síntese, mesmo com certa autonomia da visão de mundo aos determinantes socioeconômicos, percebe-se a ação social do ex-ministro embasada em perspectivas institucionais de reprodução de respostas ideológicas aos seus elementos sociais de classe. Conforme expôs o teórico João Bernardo (1991), “todas as relações sociais são sociais porque são institucionalizadas” (p. 17).

Para fins de análise, vale a pena refletir sobre dois paradoxos que envolvem a trajetória institucional de nosso objeto de análise. Todos dois, porém, envolvem a mesma percepção: as relações sociais de produção como o âmago do processo de desenvolvimento capitalista.

Na mesma entrevista em que declarou ser “o capitalismo como uma corrida feroz, uma competição”, curiosamente, o ex-ministro Delfim Netto declarou à jornalista Claudia Safatle,

⁹ Não é sem razão remontar os vários exemplos históricos, engendrados por esse tecnocrata, tecidos ao longo de sua trajetória institucional, nos mais variados sentidos, entre o Estado e a iniciativa privada (e entre esta última com esta última também, diga-se), como argumento favorável ao nosso posicionamento. Vale considerar o caráter das “íntimas” relações interinstitucionais que o ex-ministro mantinha com o “mercado”, na década de 1960, quando atuava como professor de economia na Universidade de São Paulo. Como não pensar na rede de contatos que o mesmo teceu tanto com setores do capital externo – vide, os convênios que a FEA/USP estabeleceu: 1) com a USAID (*United States Agency for International Development*), em 1964 – fundamental para integração ao convênio do CONTAP (Conselho Técnico da Aliança para o Progresso); e, 2) com a Fundação Ford, em 1965 – inaugurando o processo de ajuda internacional (BIDERMAN & COZAC & REGO, 1996, p. 21-22), quanto com setores do capital nacional – vide, a Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES), onde o economista exerceu o cargo de secretário geral, e que tinha como direção executiva nomes, tais como: Sérgio Pinho Mellão, do Banco Brasul e Gastão Vidigal, do Banco Mercantil (CAMPOS, 1994, p. 607), com quem o ex-ministro mantinha um estreito círculo de apreço.



do jornal Valor Econômica, o seguinte: “Antropologia é a única coisa que leio fora da economia. Sou um amador, me entende? (...) Tenho grande admiração pela parte antropológica da obra de Karl Marx”. Ao que encerrou dizendo, “o homem é um animal que produz trabalho, como a abelha faz o mel. Suas mãos produzem você, e o seu cérebro é produzido pelas suas mãos” (SAFATLE, 2012).

Outro paradoxo, porém, é precisamente percebermos que mesmo que esse gestor demonstre ter um sistema de pensamento tecnocrático, que racionalize o capitalismo em sua lógica mais produtiva e integrada, ele também tenha consciência de que “toda economia seja embebida nas relações sociais” (DELFIN NETTO, 2015), como expressou, *contraditoriamente*, na edição 840 de março da revista Carta Capital, referindo-se à tese clássica obra *A Grande Transformação*, do historiador-economista húngaro Karl Polanyi, publicada em 1944.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Estado: a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

_____. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. Porto: Afrontamento, 2003.

_____. Proposta para uma metodologia da história. In: *História Revista*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia: Editora do Mestrado em História, v. 11, n. 2, jul./dez., p. 193-197, 2006.

BIDERMAN, Ciro & COZAC, Luis Felipe L. & REGO, José Marcio. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

BRUNO, LÚCIA. Gestores: a prática de uma classe no vácuo de uma teoria. In: BRUNO, Lúcia; SACCARDO, Cleusa (Coord.). *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986. p. 115-141.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARTA, Mino. Por que apoiamos Dilma. *Carta Capital*, 30 set. 2010. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-apoiamos-dilma>> Acesso em: 01 abr. 2015.



CARIELLO, Rafael. O Chefe. De czar da economia na ditadura à amizade com Lula, como Delfim Netto exerceu superpoderes e cultivou lealdades. *Piauí* 96, Ano 8, set., 2014. p. 18-28.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático 1964-1981*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DELFIN NETTO, Antônio. *Só o político pode salvar o economista*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1986.

_____. O Estado indutor. *Carta Capital*, 17 ago. 2010. Disponível em:
<<http://www.cartacapital.com.br/economia/o-estado-indutor>> Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Produtividade. *Folha de São Paulo*, 19 de dez. 2012. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antoniodelfim/2012/12/1203359-produtividade.shtml>>
Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. Crescer ou crescer. *Carta Capital* 11 nov. 2014. Disponível em:
<<http://www.cartacapital.com.br/revista/825/crescer-ou-crescer-9060.html>> Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. Produtividade é o nome do jogo. *Carta Capital* 18 fev. 2015-A. Disponível em:
<<http://www.cartacapital.com.br/revista/837/produtividade-e-o-nome-do-jogo-2628.html>>
Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. A urna civiliza o capitalismo. *Carta Capital* 12 mar. 2015-B. Disponível em:
<<http://www.cartacapital.com.br/revista/840/a-urna-civiliza-o-capitalismo-6968.html>> Acesso em: 12 mar. 2015.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Crítica e dogmatismo na cultura moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

LÍRIO, Sérgio. “É crescer ou crescer. Não há saída”, diz Delfim Netto sobre a economia. *Carta Capital*, 05 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/824/e-crescer-ou-crescer-nao-ha-outra-saida-diz-delfim-neto-sobre-economia-2846.html>> Acesso em: 11 mar. 2015.

LOWY, Michael. Goldmann e o estruturalismo genético. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.21, ago. p. 66-80, 1986.

MACEDO, Roberto. Antônio Delfim Netto. In: *Estudos Avançados*. 15(43), p. 375-388, 2001.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. “MRE divulga nota informativa sobre a visita da Presidenta Dilma Rousseff a Paris – França.” *Portal do Planalto*, 10 dez. 2012. Disponível em:



<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/notas-oficiais/mre-divulga-nota-informativa-sobre-a-visita-da-presidenta-dilma-rousseff-a-paris-franca>> Acesso em: 12 mar. 2015.

NOBRE, Marcos. Depois da “formação”: Cultura e política da nova modernização. *Revista Piauí*, Edição 74, nov. 2012. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-74/tribuna-livre-da-luta-de-classes/depois-da-formacao>> Acesso em: 02 abr. 2015.

NOVO, Aguinaldo. Delfim Netto sobre a atuação no regime militar: “Não tenho nada do que me arrepender”. *O Globo*, 23 mar. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/delfim-netto-sobre-atuacao-no-regime-militar-nao-tenho-nada-do-que-me-arrepender-11959575>> Acesso em: 25 jan. 2015.

OLIVEIRA, Darcio & CAMPOS, Elisa. Delfim Netto: “Eu nunca trabalhei. Eu vivi”. *Época Negócios*, 17 dez. 2013. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2012/12/delfim-netto.html>> Acesso em: 15 jan. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista & O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PINTO, João Alberto da Costa. Os Gestores na organização do capitalismo brasileiro (1930-1945). *História Revista*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia: Editora do Mestrado em História, v. 11, n. 2, jul./dez., p. 329-358, 2006.

_____. Sobre a identidade do intelectual na sociedade capitalista. In: *Revista da UFG*, Nº10, Goiânia, jun., p. 111-119, 2011.

SAFATLE, Claudia. O homem que se reiventou. *Valor Econômico*, 10 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.asiacomentada.com.br/2012/02/delfim-netto-entrevistado-por-valor-econmico/>> Acesso: 10 jan. 2015.

SALOMÃO, Alexa & GRINBAUM, Ricardo. “Existe um pessimismo muito acima do razoável”, diz Delfim Netto. *O Estado de S. Paulo*, 29 mar. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,existe-um-pessimismo-muito-acima-do-razoavel-diz-delfim-netto,180745e>> Acesso em: 27 jan. 2015.

SFREDO, Marta. Com a palavra: Delfim Netto. *ZERO HORA*, 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/pagina/delfim-netto.html>> Acesso em: 25 jan. 2015.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.



YOKOTA, Paulo. Artigo com pesquisas sobre Delfim Netto na revista Piauí, *Ásia comentada*, por Paulo Yokota, 11 set. 2014. Disponível em: <<http://www.asiacomentada.com.br/2014/09/artigo-com-pesquisas-sobre-delfim-netto-na-revista-piau/>> Acesso em: 25 jan. 2015.